

O olhar vigilante das práticas escolares: as conferências pedagógicas da Corte Imperial Brasileira

Ana Carolina Rozendo

Resumo: O presente trabalho pretende refletir acerca da função institucional das conferências pedagógicas, reuniões que tinham como objetivo comprovar e legitimar saberes e práticas escolares durante a segunda metade do século XIX na Corte Imperial brasileira. Seu objetivo fundante era dar destaque ao papel de homogeneização docente desempenhada pela Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte Imperial, direcionando o olhar para o cumprimento do Regulamento de 1854, que legitimava a este órgão governamental o poder sobre a regulação docente, prevendo um modelo de professor desejado pelo Estado. Para tanto, o mecanismo encontrado para a obtenção de fiscalização das práticas escolares foi a elaboração destas reuniões pedagógicas obrigatórias aos professores primários públicos da Corte, onde eram determinadas normas e códigos de conduta que o Governo desejava privilegiar na formação docente, em um momento em que ainda não havia a Escola Normal para esta finalidade. Nesses espaços também circularam diversos temas que formavam mecanismos de controle articulados ao ensino metodológico e a fiscalização escolar, uma vez que somente era discutido aquilo que previamente fosse autorizado pelo Inspetor Geral, não havendo assim momento oportuno para que os docentes debatessem suas reflexões sobre o tema proposto, questão muito criticada pelos professores, que manifestavam-se através da imprensa. Nesse sentido, o presente trabalho pretende identificar como ocorriam essas reuniões, destacando como os sujeitos envolvidos neste aparato atuavam e ainda como os mecanismos de conduta reguladora eram implementados por determinação governamental no intuito de formar identidades no modo de ensinar dos docentes da Corte. Como fontes investigativas utilizamos principalmente o regulamento da instrução primária e secundária da Corte de 1854 e o Regulamento das Conferências Pedagógicas de 1871, além da observação dos impressos pedagógicos que circulavam no período, bem como documentos governamentais, atas das conferências e relatórios dos Inspectores. Tais indícios investigativos nos ajudam a oferecer uma chave para pensar sobre a formação docente anterior a escola normal, bem como a atuação da inspeção escolar na Corte brasileira.

Palavras Chave: Conferências Pedagógicas; Inspeção Escolar; Instrução Primária.